

ARTIGOS

A VIDA É HOJE. VAMOS NOS AJUDAR?

NELSON MARCHEZAN
Prefeito de Porto Alegre
prefeito@portoalegre.rs.gov.br



Uma cidade com mais segurança, mais saúde, mais educação é o que todos querem. Em seus 246 anos, a capital dos gaúchos não merece esperar mais por transformações que precisam ser feitas de forma ágil e transparente. A vida é hoje. A cidade chegou ao esgotamento de sua capacidade financeira, o balanço está no vermelho. O resultado é claro: uma cidade que não pode ajudar as pessoas que mais precisam.

Aniversários são boas datas para refletirmos sobre passado, presente e futuro. Precisamos colocar nessa reflexão o debate sobre as ações que nos levaram a ser a pior capital do Brasil em termos de recursos disponíveis em caixa, à falta de investimentos em serviços, às injustiças do IPTU, a uma das tarifas de ônibus mais caras do país, obras que não saem do papel há décadas. As despesas têm de estar dentro

das receitas para avançarmos. Nessa reflexão em busca da cidade que queremos, todos devem participar: sociedade civil, empresários, vereadores, jornalistas. Buscando o engajamento em torno de ações para resolver problemas. Superando projetos pessoais, partidários, eleitorais ou os interesses de algum setor. Precisamos agir, mudar em nome do interesse público de 1,5 milhão de habitantes, e não só o interesse de alguns.

Sabemos que ainda precisamos fazer muito, de parcerias com a sociedade

Estamos construindo novos caminhos. Com gestão e transparência, retomamos as

obras da Copa, entregamos a licença do Cais Mauá, criamos 2,3 mil novas vagas na educação infantil, viabilizamos mais tempo com o professor em sala de aula. Na saúde, foi aberta a Clínica da Família, com o conceito moderno de garantir ao paciente a resolução ágil de seu problema; com o telessaúde, colocamos a tecnologia a serviço do cidadão. A integração da Guarda Municipal com as forças públicas de segurança ajudou a diminuir os índices de criminalidade na Capital.

Sabemos que ainda precisamos fazer muito, de parcerias com a sociedade. O que não podemos é ficar parados porque "sempre se fez assim". Mudanças simbólicas serão realizadas se fizermos os debates necessários. Porto Alegre tem potencial para celebrar conquistas concretas nos seus próximos aniversários. Vamos nos ajudar?

RECUPERAÇÃO FISCAL E TRANSPARÊNCIA

VERA LÚCIA DEBONI
Presidente da Ajuris - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul
vldeboni@tjrs.jus.br



Aprovada pela Assembleia Legislativa, a proposta do governo do Estado que autoriza a adesão ao regime de recuperação fiscal ainda não disse a que veio. Muito ainda se espera de informação a respeito do preço que a sociedade gaúcha haverá de pagar para a adoção de medidas que, com pouca ou nenhuma transparência, são atualmente discutidas com a União. A Lei Complementar 159, que instituiu o regime, prevê a transparência das contas públicas e a solidariedade entre os poderes e órgãos da administração na correção dos desvios que causaram o desequilíbrio. Entretanto, o que se tem visto aponta para outra direção: as discussões ocorrem na surdina, em gabinetes palacianos, e nem mesmo se sabe quais estais serão privatizadas para que se concretize o acordo.

Por outro lado, sabe-se que a

lei exige, como condição, que o comprometimento do Estado com as despesas com pessoal, somadas a juros e amortizações, fique em, no mínimo, 70% da receita corrente líquida, e isso felizmente não ocorre por aqui.

Ficará a sociedade gaúcha refém de uma negociação praticamente às escuras?

Os critérios definidos pelo Tribunal de Contas, que vêm sendo aplicados pacificamente para todos os poderes e para todos os municípios há pelo menos 15 anos, resultam num comprometimento inferior a 60%, e uma modificação de tais critérios implicaria, imediatamente, efeitos graves à gestão das contas,

agravando a crise fiscal. De outra parte, chama a atenção o comportamento da própria União. Recentemente, durante renegociação de sua dívida, o Estado do Pará teve que desistir das ações judiciais que mantinha contra a União que, imediatamente, bloqueou contas públicas daquele Estado, em nome de débitos vencidos, o que só foi revertido por liminar da ministra Rosa Weber, em que destacou a "surpreendente conduta" da União. O Rio Grande do Sul mantém várias ações atualmente no STF em que sustenta a necessidade de recálculo de todo o débito.

Pretenderá o governo do Estado renunciar a tais discussões judiciais? Ficará a sociedade gaúcha refém de uma negociação praticamente às escuras? Qual o preço, enfim, que o cidadão pagará por tudo isso? Esperamos que as respostas sejam logo trazidas e discutidas com a sociedade.

OPINIÕES ONLINE



Miguel Ângelo Flach: pontes de entendimento



GAÚCHAZH. Leia em bit.ly/m.flach



Jocelin Azambuja exalta a Coreia

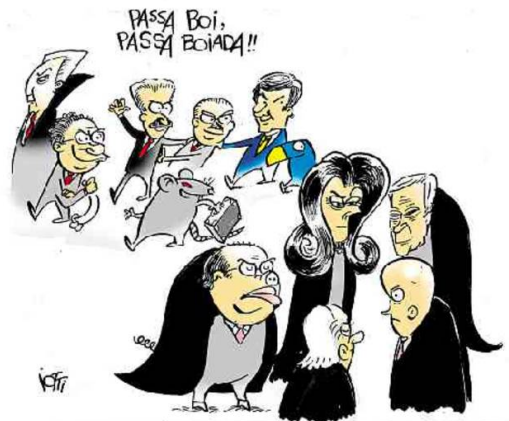


GAÚCHAZH. Leia em bit.ly/j.azambuja

Artigos devem ter até 2.100 caracteres. Os textos assinados não representam a opinião do Grupo RBS.
bit.ly/opiniaogauchazh | artigozh@zerohora.com.br | @opiniaoZh

IOTTI

iotti@iotti.com.br



RBS BRASÍLIA

Carolina Bahia
carolina.bahia@gruporbs.com.br
@Carolina_Bahia

GAÚCHAZH. Veja outras colunas em gauchazh.com/carolinabahia

Meirelles: de fiador a defensor

Depois de ser o fiador da gestão de Michel Temer junto aos mercados, Henrique Meirelles se farda para ser o defensor, nas urnas, do governo mais impopular dos últimos tempos. Esse será o papel do ministro da Fazenda, que sonha em ser presidente da República, se ele de fato levar até o fim o plano de ser candidato pelo PMDB. Para Temer, a baixa competitividade de Meirelles é o que menos importa. O que o presidente precisa é de alguém com credibilidade que possa

defender o seu legado, caso ele mesmo não tenha condições de colocar em pé a sua candidatura. De um elenco ministerial sofrível, o chefe da equipe econômica é o que Temer tem de melhor a apresentar. Sem falar do prestígio que o ministro continua a ostentar junto ao empresariado. É por tudo isso que Temer se adiantou à confirmação do próprio Meirelles. Antes de o ministro começar a palestra em Porto Alegre, o presidente da República, em Brasília, acabava com o mistério.

CORTES SUPERIORES

No PT, defensores de um plano B para a Presidência da República estão atônitos com a insistência do grupo que não abre mão da ideia da candidatura Lula. Mesmo que o STF decida que ele não deve ser preso, a condenação em segunda instância o enquadrará na Lei da Ficha Limpa. A análise do registro da candidatura é com o TSE.

CRITÉRIO

Nome do PSB gaúcho ao Senado, o ex-deputado Beto Albuquerque adianta que busca uma aliança robusta, que garanta um bom tempo de TV, mas descarta acordo com o candidato do PP ao Piratini, Luís Carlos Heinze. Beto nada tem contra Heinze, inclusive foram colegas de plenário, mas acredita que o deputado do PP estará alinhado ao candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL-RJ).
- E com o Bolsonaro não dá - sentenciou Beto.



SEM FERIADO

O ministro Edson Fachin optou por não fazer o feriado prolongado desta semana do Supremo Tribunal Federal. Audiências referentes a processos estão em sua agenda de ontem e hoje. De acordo com a agenda oficial do STF, além de Fachin, apenas a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, teve compromissos oficiais em Brasília. Ela teve 11 audiências ao longo da segunda-feira.

Colaborou Silvana Pires